

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**CONTRARRAZÃO :**

ILMA. SR. PREGOEIRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ.

REF.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CBMPA

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº.07.147.983/0001-32, estabelecida nesta cidade, com endereço na RODOVIA AUGUSTO MONTENEGRO, KM 03, BOX 05 ALTOS, Bairro: MANGUEIRAO, BELEM-PA, representada por seu sócio administrador que abaixo assina, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar as suas tempestivas CONTRARRAZÕES aos recursos administrativos opostos pelas empresas, pelos fundamentos abaixo destacados:

I. DA REALIDADE DO CERTAME

O CBMPA, por meio do Edital PREGÃO ELETRÔNICO 002/2022, pretende a aquisição de materiais de proteção individual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO, PROTETOR SOLAR LABIAL, APITO, SACO ESTANQUE E ÓCULOS) E LOGÍSTICO (GARRAFÃO DE 05 L E 12 L, CAIXA TÉRMICA 70 L, CAPA IMPERMEÁVEL PARA HT, MACA, OMBRELONE, TENDA, LONA PARA TENDA E BASE PARA OMBRELONE).

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 10

Após classificação da proposta vencedora, a seguinte empresa manifestou intenção de recurso, com os seguintes argumentos:

-SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.417.768/0001-30, alega que a empresa recorrida não atendeu ao item 9.16.2 do edital, pois o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, e que a Pregoeira descumpriu princípio de vinculação ao Edital, quando decretou vencedora a empresa recorrida;

-alegou também inconsistência na proposta comercial, na medida em que ROCKET e FOX-40 são fabricantes distintas, e a empresa recorrida cadastrou como sendo o mesmo produto;

II. MÉRITO

A empresa requerida é uma empresa regular e apresenta participação adequada no certame, preparou sua documentação e proposta em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame. Por esta razão, foi considerada habilitada, classificada e posteriormente declarada vencedora.

A empresa SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.417.768/0001-30, alega que a empresa recorrida não atendeu ao item 9.16.2 do edital, pois o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal.

A empresa recorrida apresentou o balanço patrimonial no formato digital, ou seja, está assinado digitalmente, como se observa na lateral do documento. Juntamente com o termo de autenticação de envio para Junta Comercial do Estado do Pará.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade -CFC nº.686/1990, que trata na Normas Brasileira de Contabilidade, anexo NBC T XX – escrituração contábil: item 11. As demonstrações contábeis, de encerramento de exercício devem ser transcritas no “Diário”, completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou de representante legal da entidade. Igual procedimento deve ser adotado quanto às demonstrações contábeis, elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.

A empresa recorrente tenta induzir a erro a Pregoeira, como se a assinatura do representante legal da empresa fosse requisito para a validade do documento, na tentativa de desclassificar a empresa recorrida.

No entanto, o técnico de contabilidade que assina o balanço patrimonial da empresa recorrida figura como representante legal da entidade, e por isso, não existe vício de legalidade no documento, que está devidamente habilitado por profissional e registrado na JUCEPA.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a empresa recorrida apresentou balanço patrimonial digital válido, cumprindo a fase de qualificação econômico-financeira.

Ademais, conforme o item 23.6 do edital, é facultado ao pregoeiro poder para “sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica”. Dessa forma, caso a Pregoeira entenda, pode solicitar diligência para ratificar a situação do balanço da empresa recorrida, apresentando a procuração assinada pelos representantes da empresa outorgando poderes para o técnico de contabilidade que assina o balanço.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro “Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações”, explica de forma clara: “Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito”.

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências" (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento.

Belém-PA, 12 de maio de 2022.

LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Voltar